

§ 1º Somente poderá haver intervenção no vegetal após ter sido firmado o TCV.

§ 2º O TCV conterá, no mínimo:

- I – nome do requerente/compromitente;
- II – o número do processo administrativo;
- III – a compensação determinada, expressa de forma detalhada;
- IV – número da Autorização Especial que gerou a compensação, quando for o caso;
- V – no caso de conversão em plantio, a obrigação de serem os plantios mantidos pelo período mínimo de 1 ano; e
- VI – pena administrativa de multa simples individualizada para cada obrigação constante do TCV, no valor igual ao da conversão pecuniária da compensação.

§ 3º Mediante decisão fundamentada, a SMMA poderá prorrogar o prazo para execução das obrigações constantes por até igual período do prazo original imposto no TCV.

CAPÍTULO III

DA SUPRESSÃO

Art. 8º A supressão de vegetais, nativos ou exóticos, poderá ser autorizada pela SMMA através da expedição de documento denominado Autorização Especial de Remoção Vegetal (AERV).

§ 1º Constatada a existência de vegetais em situação de risco de queda ou quando seu estado fitossanitário justificar, localizados em terrenos privados, poderá o proprietário ser notificado para suprimi-lo.

CAPÍTULO IV

DO TRANSPLANTE

Art. 9º O transplante de vegetais, nativos ou exóticos, poderá ser autorizado pela SMMA através da expedição de documento denominado Autorização Especial de Transplante de Vegetais (AETV).

CA